



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO TECNOLÓGICO
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DO CONHECIMENTO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM INTELIGÊNCIA E INOVAÇÃO APLICADAS NO
ENFRENTAMENTO AO CRIME ORGANIZADO

HUGO CESAR RICARDO
JANAINA SANTOS DE SOUZA

**GESTÃO DA INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA PRISIONAL: UMA ANÁLISE
SOBRE VAZAMENTOS DE INFORMAÇÕES ENVOLVENDO RELATÓRIOS E
DOCUMENTOS DE SEGURANÇA EM PRESÍDIOS FEDERAIS**

FLORIANÓPOLIS
2026

HUGO CESAR RICARDO
JANAINA SANTOS DE SOUZA

**GESTÃO DA INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA PRISIONAL: UMA ANÁLISE
SOBRE VAZAMENTOS DE INFORMAÇÕES ENVOLVENDO RELATÓRIOS E
DOCUMENTOS DE SEGURANÇA EM PRESÍDIOS FEDERAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Especialização em Inteligência e Inovação Aplicadas no Enfrentamento ao Crime Organizado, apresentado ao Centro Tecnológico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de especialista em Inteligência e Inovação Aplicadas no Enfrentamento ao Crime Organizado.

Orientador(a): Prof. Dr. Marcelo Macedo

FLORIANÓPOLIS

2026

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.
Dados inseridos pelo próprio autor.

Ricardo, Hugo Cesar

Gestão da informação e inteligência prisional: uma análise sobre vazamentos de informações envolvendo relatórios e documentos de segurança em presídios federais / Hugo Cesar Ricardo, Janaina santos de Souza ; orientador, Marcelo Macedo, 2026.

37 p.

Monografia (especialização) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Curso de Especialização em Inteligência e Inovação Aplicadas no Enfrentamento ao Crime Organizado, Florianópolis, 2026.

Inclui referências.

1. Inteligência prisional e gestão da informação. 2. Sistema Penitenciário Federal. 3. Vazamento de Dados. 4. Crime Organizado. I. Souza, Janaina santos de . II. Macedo, Marcelo. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Especialização em Inteligência e Inovação Aplicadas no Enfrentamento ao Crime Organizado. IV. Título.

HUGO CESAR RICARDO
JANAINA SANTOS DE SOUZA

GESTÃO DA INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA PRISIONAL: UMA ANÁLISE SOBRE
VAZAMENTOS DE INFORMAÇÕES ENVOLVENDO RELATÓRIOS E DOCUMENTOS DE
SEGURANÇA EM PRESÍDIOS FEDERAIS

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de especialista em Inteligência e Inovação Aplicadas no Enfrentamento ao Crime Organizado e aprovado em sua forma final pelo Curso de Especialização em Inteligência e Inovação Aplicadas no Enfrentamento ao Crime Organizado.

Florianópolis, 12 de fevereiro de 2026.

Insira neste espaço
a assinatura

Prof. Dr. Marcelo Macedo Orientador Universidade Federal de Santa Catarina

Banca examinadora

Insira neste espaço
a assinatura

Prof.(a) Marlise There Dias, Ma. Universidade Federal de Santa Catarina

Insira neste espaço
a assinatura

Prof. Dr. Marcelo Macedo Universidade Federal de Santa Catarina

RESUMO

RICARDO, Hugo Cesar; SOUZA, Janaina Santos de. **Gestão da Informação e Inteligência Prisional**: Uma análise sobre vazamentos de informações envolvendo relatórios e documentos de segurança em Presídios Federais. Centro Tecnológico da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina, 2026.

O sistema prisional brasileiro enfrenta uma crise estrutural agravada pela atuação de facções criminosas que utilizam o cárcere como centro de comando. Nesse cenário, o vazamento de informações sensíveis no Sistema Penitenciário Federal (SPF) representa uma ameaça direta à segurança pública e à autoridade estatal. O presente trabalho tem como objetivo analisar como o vazamento de dados, relatórios de segurança e conhecimentos sensíveis afeta a segurança pública, além de identificar o papel da inteligência prisional na mitigação desses riscos. A metodologia adotada foi de natureza qualitativa, combinando revisão bibliográfica com a análise documental de seis casos notórios de vazamentos ocorridos entre 2021 e 2025, envolvendo unidades como as de Porto Velho, Brasília e Mossoró. Os resultados indicam que os vazamentos frequentemente decorrem de falhas na cultura de sigilo e de acessos legítimos por atores internos ou operadores do direito, revelando fragilidades na contrainteligência institucional. Conclui-se que o fortalecimento da gestão da informação, a implementação de uma Política Nacional de Contrainteligência Prisional e a padronização de protocolos de rastreabilidade são medidas indispensáveis para garantir a integridade dos dados e o enfrentamento eficaz ao crime organizado.

Palavras-chave: Inteligência Prisional. Gestão da Informação. Sistema Penitenciário Federal. Vazamento de Dados. Crime Organizado.

ABSTRACT

RICARDO, Hugo Cesar; SOUZA, Janaina Santos de. **INFORMATION MANAGEMENT AND PENITENTIARY INTELLIGENCE: AN ANALYSIS OF INFORMATION LEAKS INVOLVING SECURITY REPORTS AND DOCUMENTS IN FEDERAL PRISONS.** Centro Tecnológico da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina, 2026.

The Brazilian prison system faces a structural crisis aggravated by criminal factions that use prisons as command centers. In this scenario, the leakage of sensitive information within the Federal Penitentiary System (SPF) represents a direct threat to public security and state authority. This study aims to analyze how the leakage of data, security reports, and sensitive knowledge affects public security, as well as to identify the role of Penitentiary Intelligence in mitigating these risks. The methodology adopted was qualitative, combining a bibliographic review with documentary analysis of six notorious leakage cases that occurred between 2021 and 2025, involving units such as Porto Velho, Brasília, and Mossoró. The results indicate that leaks often stem from failures in the culture of secrecy and from legitimate access by internal actors or legal practitioners, revealing weaknesses in institutional counterintelligence. It is concluded that strengthening information management, implementing a National Penitentiary Counterintelligence Policy, and standardizing traceability protocols are indispensable measures to ensure data integrity and effectively combat organized crime.

Keywords: Penitentiary Intelligence; Information Management; Federal Penitentiary System; Data Leakage; Organized Crime.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Casos de vazamento de informações no Sistema Penitenciário Federal⁶

Quadro 2 – Eixos documentais⁹

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 OBJETIVO GERAL

1.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

2 JUSTIFICATIVA

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 SISTEMA PRISIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA

3.1.1 O SISTEMA PRISIONAL

3.2 GESTÃO DE INFORMAÇÃO NO CONTEXTO PRISIONAL

3.3 INTELIGÊNCIA PRISIONAL

3.4 VAZAMENTOS DE DADOS, INFORMAÇÕES E CONHECIMENTOS

4 METODOLOGIA

5 RESULTADOS

5.1 CASOS ANALISADOS

5.2 TIPOS DE INFORMAÇÕES VAZADAS

5.3 CANAIS DE VAZAMENTO

5.4 CANAIS DE DIVULGAÇÃO

5.5 CONSEQUÊNCIAS

5.6 IMPACTOS NA SEGURANÇA PÚBLICA

5.7 O PAPEL DA INTELIGÊNCIA PRISIONAL

5.8 MEDIDAS ADOTADAS

6 DISCUSSÃO

7 RECOMENDAÇÕES

7.1 APRIMORAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS E DA RASTREABILIDADE DA INFORMAÇÃO

7.2 FORTALECIMENTO DA ADERÊNCIA NORMATIVA E INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CONTRAINTELIGÊNCIA PENAL

7.3 SUPERAÇÃO DAS FRAGILIDADES ESTRUTURAIS E PREVENÇÃO DE RESPOSTAS REATIVAS

8 CONCLUSÃO

8.1 RECOMENDAÇÕES DE ESTUDOS FUTUROS⁶

REFERÊNCIAS⁷

1 INTRODUÇÃO

O sistema prisional brasileiro, regulamentado pela Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), tem como finalidade a custódia e a ressocialização de indivíduos privados de liberdade. No entanto, desde a década de 1990, estudiosos como Wacquant (2001) já apontavam que o sistema penal no Brasil tende a reproduzir desigualdades sociais, e não a promover reintegração. Essa constatação se agrava diante de uma crise estrutural marcada por superlotação, precariedade das unidades e ausência de políticas efetivas de ressocialização.

Os principais problemas, dentre tantos outros, que atingem o sistema prisional, são a superlotação carcerária, as condições desumanas de encarceramento e a atuação crescente de facções criminosas, como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV). Segundo Dias e Manso (2018), em “*A Guerra: A Ascensão do PCC e o Mundo do Crime no Brasil*”, tais condições funcionam como catalisadores para a ascensão e fortalecimento de organizações criminosas, que encontram no ambiente prisional terreno fértil para ampliar sua influência e recrutar novos integrantes.

As consequências decorrentes dessa conjuntura são múltiplas e complexas. Do ponto de vista social, o sistema penitenciário contribui para o aumento da reincidência e da violência urbana (Adorno, 1991; Salla, 2007). No campo institucional, a falta de controle sobre a comunicação entre presos e o mundo exterior transforma as prisões em *centrais do crime*, como adverte Mingardi (1998), permitindo que ordens criminosas sejam articuladas de dentro das celas e executadas em todo o território nacional. Esse cenário fragiliza a legitimidade do Estado e potencializa problemas que extrapolam os muros das unidades prisionais.

Dentro desse panorama, uma das adversidades mais graves é o vazamento de informações sensíveis. Mais do que uma falha administrativa, trata-se de um fenômeno que impacta diretamente a segurança pública e a própria autoridade estatal. Vazamentos podem incluir ordens para ataques, planos de fuga e até dados pessoais de servidores públicos, ampliando a vulnerabilidade das instituições. A

literatura especializada tem destacado a gravidade desses eventos como ameaça direta à administração penitenciária e à segurança da sociedade (Carneiro; Santos, 2022). Nesse sentido, o promotor Gakiya (2023), especialista no enfrentamento ao PCC, ressalta que a capacidade de tais organizações de gerenciar suas atividades depende do fluxo contínuo de informações com o exterior, sendo a interceptação e o controle dessas comunicações a forma mais eficaz de neutralizar suas ações.

Diante da gravidade dos vazamentos e de sua natureza complexa, que envolve tanto falhas estruturais quanto a atuação deliberada de facções criminosas, mecanismos tradicionais de gestão prisional mostram-se insuficientes para prevenir e mitigar tais riscos. É nesse ponto que a inteligência prisional se destaca: diferentemente de instrumentos administrativos voltados apenas à rotina de custódia, a inteligência atua de forma estratégica, transformando informações em conhecimento capaz de antecipar ameaças, identificar padrões e neutralizar vulnerabilidades. Mais do que coletar informações, trata-se de um processo de análise, interpretação e produção de conhecimento voltado ao enfrentamento do crime organizado. Conforme destaca Alves (2003), sua eficácia, entretanto, está diretamente vinculada à capacidade de proteger os próprios fluxos informacionais, já que a corrupção de agentes e os chamados “vazamentos controlados” podem neutralizar o esforço estatal.

A Doutrina Nacional de Inteligência Penitenciária (Brasil, [s.d.]) reforça esse papel ao conceber a inteligência como instrumento essencial de prevenção, monitoramento e mitigação de riscos em um sistema prisional permeado por vulnerabilidades.

Nesse conjunto de desafios, a questão que norteia esta pesquisa é: Como os vazamentos de dados, informações e conhecimentos sensíveis no Sistema Penitenciário Federal afetam a segurança pública e de que forma a inteligência prisional pode atuar na prevenção e mitigação desses riscos?

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar como vazamentos de dados, informações e conhecimentos sensíveis no Sistema Penitenciário Federal afetam a segurança pública e identificar o papel da inteligência prisional na prevenção e mitigação desses riscos.

1.1.2 Objetivos Específicos:

- Identificar, a partir de fontes públicas, casos recentes de vazamento de dados, informações e conhecimento sensíveis no Sistema Penitenciário Federal.
- Classificar os tipos de dados, informações e conhecimento vazadas e os principais canais de transbordamento institucional.
- Analisar os impactos dos vazamentos para a administração penitenciária e para a segurança pública.
- Examinar as vulnerabilidades informacionais evidenciadas nos casos analisados à luz da doutrina de inteligência penitenciária e da literatura de segurança da informação.
- Propor recomendações para o fortalecimento dos mecanismos de proteção de dados, informações e conhecimento, e de contrainteligência no âmbito do Sistema Penitenciário Federal.

2. JUSTIFICATIVA

A escolha do tema deste estudo se fundamenta na urgência e relevância do problema para a segurança pública e para a gestão do Sistema Penitenciário Federal. Como aponta Mingardi (1998), as prisões brasileiras deixaram de cumprir apenas sua função punitiva e passaram a atuar como centros de articulação de atividades ilícitas, permitindo que organizações criminosas ampliem sua capacidade de comando e controle. Nesse contexto, a pesquisa se mostra importante para incentivar o desenvolvimento de novas formas de gestão visando minimizar estes problemas.

Outro aspecto central diz respeito ao vazamento de informações de dentro das unidades prisionais. Para Gakiya (2023), promotor de justiça especialista no combate ao crime organizado, a manutenção do fluxo de dados entre presos e o mundo exterior representa um dos maiores desafios para conter a expansão das facções. Quando não controlada, essa comunicação fortalece a estrutura das organizações e potencializa sua capacidade de interferir na ordem pública. Nesse contexto, a pesquisa possibilita a compreensão de mecanismos de disseminação de informações e propor estratégias de mitigação.

Por fim, destaca-se o papel da inteligência prisional como instrumento fundamental no enfrentamento do crime organizado. Conforme a Doutrina Nacional de Inteligência Penitenciária (Dnip, 2019), somente a análise crítica de cenários, aliada à integração entre forças de segurança, pode gerar conhecimento estratégico para subsidiar ações de prevenção e neutralização de ameaças. O estudo pode dar subsídios para a inteligência na proposição de protocolos mais robustos, alinhados à realidade operacional e adaptados às especificidades do contexto prisional federal.

A presente pesquisa também se justifica por sua importância científica, social e prática, ao abordar um problema concreto e atual, cujas implicações ultrapassam os limites institucionais do Sistema Prisional Federal e impactam diretamente a segurança pública e a estabilidade social.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Sistema Prisional e Segurança Pública

3.1.1 O Sistema Prisional

Segundo Malagueta (2007), o sistema prisional brasileiro é marcado pelo fracasso na ressocialização e pela violação massiva de direitos fundamentais. A realidade de superlotação, insalubridade, violência e ausência de políticas públicas efetivas transforma as prisões, segundo Santos (2024), em ambientes dominados por facções criminosas onde a adesão a essas organizações torna-se uma condição de sobrevivência para o detento, pois elas oferecem identidade, status e proteção, suprimindo a ausência de assistência estatal, tornando o projeto de ressocialização utópico. A gravidade da situação foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na ADPF 347, que evidenciou a falência estrutural e a persistente violação de direitos, caracterizando o sistema penitenciário nacional como “estado de coisas inconstitucional”.

A falência do sistema carcerário impacta diretamente a segurança pública, pois a perda de controle estatal permite que as facções se fortaleçam e orquestram atividades ilícitas extramuros, consolidando um poder paralelo (Malagueta, 2007). Essa ineficácia estatal transforma as prisões em ambientes onde as organizações criminosas consolidam controle sobre territórios e comunidades (Santos, 2024). A política de "guerra às drogas" contribui para a superlotação, tornando o cárcere um

ambiente propício para a proliferação e o fortalecimento de facções como o PCC e o CV (Malagueta, 2007). A ineficiência estatal em oferecer dignidade e ressocialização solidifica o poder dessas organizações, que ocupam essa lacuna de assistência (Santos, 2024).

Nesse sentido, Malagueta (2007) descreve que os problemas do sistema prisional são estruturais e multifacetados, sendo a superlotação um dos mais graves, gerando violência e disputa por recursos escassos. A ausência de assistência jurídica e social eficiente é crônica, dificultando a reintegração social devido à falta de programas de educação e trabalho, ainda adverte que:

“O Estado, além de não ressocializar o criminoso, tal como prevê a Lei n.º 7.210/84, Lei de Execuções Penais, acaba transformando o sistema prisional em um lócus de contaminação de valores criminológicos” (Malagueta, 2007, p. 7).

A solução exige uma profunda reforma estrutural, incluindo desencarceramento, investimentos em ressocialização e a reavaliação da guerra às drogas.

3.2 Gestão de Informação no Contexto Prisional

A informação é um recurso estratégico no ambiente penitenciário, configurando-se como atividade de inteligência essencial à segurança e ordem, pois falhas em seu manuseio podem acarretar "impactos financeiros, operacionais e de imagem" (Vancim, 2016, p. 21). Dados sensíveis, se acessados por organizações criminosas, podem subsidiar corrupção, atentados e fugas, tornando a proteção informacional um pilar da segurança prisional. A Doutrina Nacional de Inteligência Penitenciária (DNIPEN) define a atividade de inteligência como "o exercício permanente e sistemático de ações especializadas para identificar, avaliar e acompanhar ameaças reais ou potenciais na esfera dos sistemas penitenciários"(Rocha, 2020, p. 81). No entanto, a falta de metodologia formal de análise de riscos é uma fragilidade que favorece a postura reativa, pois "somente haverá risco se houver uma fonte que o enseje, isto é, as ameaças devem ser analisadas conforme tenham potencial para originar o risco" (Rocha, 2020, p. 87).

As vulnerabilidades manifestam-se também na comunicação interinstitucional, exigindo que a segurança seja implementada "em todos os perímetros da rede de negócios, devendo todos utilizar o mesmo padrão de segurança internamente" (Vancim, 2016, p. 44). O Sistema Penitenciário Federal (SPF) foi criado como resposta direta à vulnerabilidade informacional, superando a falha dos sistemas anteriores que eram "à prova de fuga, mas não de salves" (Júnior, 2024, p. 439). Sua eficácia resulta de um corpo funcional treinado, um robusto sistema de vigilância 24h e a padronização da gestão pelo "Manual de Procedimentos Operacionais das Rotinas Carcerárias" (Júnior, 2024, p. 291, 293).

A materialização máxima desse controle é o Regime Fechado com Isolamento e Monitoramento (REFIM), que é um conjunto de regras de contrainteligência aplicável aos presos de interesse da segurança pública, incluindo "recolhimento em cela individual" e "monitoramento de todos os meios de comunicação, inclusive de correspondência escrita" (Júnior, 2024, p. 433). Embora o conhecimento de inteligência tenha proteção constitucional, persistem lacunas na execução prática em termos de procedimentos e controles (AltmayerOdawara, 2022). A implementação de uma cultura de gestão de riscos, com análise individualizada por estabelecimento, é imperativa, sendo de "suma importância" realizar essa análise para "propiciar a montagem do mosaico de riscos do sistema prisional de cada unidade federativa" (Brasil, 2023, p. 64).

3.3 Inteligência Prisional

A Inteligência Penitenciária é a produção de conhecimentos úteis a partir de informação bruta e analisada, pois "se destina à produção de conhecimentos úteis para a tomada de decisões, antecipando e propondo soluções para problemas potenciais ou concretos, que possam comprometer a segurança da sociedade e do Estado" (Depen, 2015, p. 7). A Diretoria de Inteligência Penitenciária (Dipen) coordena as ações federais e se integra às Agências Centrais de Inteligência Penitenciária (AIPENs) estaduais através da Rede Nacional de Inteligência Penitenciária (Renipen)(Brasil, 2023). Essa integração é condição essencial para que as informações circulem em tempo oportuno, aumentando a eficácia das ações (Silva, 2013).

O sistema prisional, usado como centro de comando por facções, exige a atuação da inteligência para a prevenção e repressão de planos de fuga, motins e rotas de comunicação. A atividade é "ferramenta para prevenir conflitos e outras situações de risco que possam comprometer a segurança dos custodiados e do ambiente prisional" (CNJ, 2020, p. 18). A expansão de facções como o PCC impulsionou a institucionalização da inteligência, sendo a interoperabilidade de sistemas fundamental para compreender redes criminosas complexas e planejar intervenções precisas (Rover, 2014). Nessa perspectiva, a inteligência atua para enfraquecer o poder das facções e interromper a comunicação entre presos e o meio externo (Motorola Solutions, 2020).

A eficácia da inteligência depende de infraestrutura tecnológica, pessoal qualificado e protocolos padronizados, sendo que a "capacitação permanente é requisito para a consolidação da doutrina nacional" (Depen, 2015, p. 12). Apesar dos avanços, a persistência de desafios como a insuficiência de pessoal especializado e a ausência de protocolos claros de compartilhamento de dados ainda compromete a velocidade de resposta, fator crítico em situações de crise (ROVER, 2014). Em síntese, a inteligência prisional configura-se como um instrumento estratégico de governança, essencial para antecipar ameaças, apoiar decisões e proteger a sociedade e o Estado (Depen, 2015).

3.4 Vazamentos de dados, informações e conhecimento

O sistema prisional, em vez de barreira, é um "ponto focal e estratégico para a realização da atividade criminosa por parte das facções" (Netto, 2018, p. 137). O vazamento de informações é o principal mecanismo que transforma o cárcere em um centro de comando e logística, sendo esse fluxo informacional essencial para a manutenção da coesão interna e para a projeção da territorialidade e poder das facções para além dos muros (Netto, 2018).

O vazamento inclui dados estratégicos, sendo o mais crucial a comunicação de ordens criminosas que estabelecem a pauta, estratégias e as regras de conduta da facção (Netto; Chagas, 2019). A disseminação dessas "regras de conduta" garante a uniformidade de atuação, desde o controle de territórios de venda de drogas até a punição de membros (Netto; Chagas, 2019).

A informação vazada diz respeito à logística da facção e à obtenção de dados de contrainteligência contra o Estado. A cooptação de agentes públicos (corrupção) é uma estratégia fundamental para neutralizar a vigilância e obter informações privilegiadas, pois a corrupção de servidores é uma estratégia fundamental para a sobrevivência e ocultação das redes do tráfico e demais delitos cometidos pelas facções (Netto, 2018; Netto; Chagas, 2019). O vazamento de detalhes a respeito da chegada nas imediações, de forças policiais ou militares destinadas à realização de revistas e intervenções internas nos presídios permite que as facções se antecipem a ações policiais (Netto; Chagas, 2019). Em uma estratégia de inteligência, o financiamento de ONGs é utilizado como disfarce para a obtenção de informações privilegiadas e para servir aos interesses das facções (Netto, 2018).

A eficiência do vazamento depende da variedade e segurança dos canais entre presos e o ambiente externo, em uma disputa constante entre o controle estatal (contrainteligência) e as estratégias das facções (Doutrina Nacional de Inteligência Penitenciária, 2013). O telefone celular é o meio mais relevante, articulando atividades criminosas a partir do cárcere, sendo o bloqueio de dispositivos eletrônicos uma prioridade da contrainteligência (Netto, 2018; Doutrina Nacional de Inteligência Penitenciária, 2013). A discussão sobre a criminalização do uso irregular de celulares por presos reflete o risco potencial à sociedade e as carências estruturais dos presídios, pois "o uso irregular de aparelhos móveis de comunicação por presos é uma questão de considerável importância dentro da execução da pena, tanto pelo risco potencialmente representado à sociedade, como por revelar carências estruturais dos presídios" (Pizzato, 2012, p. 8). As facções buscam tecnologias de criptografia e redes sociais, já que "as estratégias de comunicação se valem de mediatos cada vez mais sofisticados para garantir que as ordens cheguem de forma segura e imediata" (Netto; Chagas, 2019, p. 157).

Apesar dos meios digitais, agentes humanos externos continuam insubstituíveis: advogados e outros profissionais podem ser cooptados, pois "a prerrogativa profissional é indevidamente utilizada para facilitar o acesso às cadeias e servir como facilitadores do vazamento" (Netto; Chagas, 2019, p. 160). As visitas de familiares também são cruciais, mantendo vínculos e servindo como "canal de entrada e saída de informações sigilosas" (CNJ, 2020, p. 27). Métodos tradicionais como cartas e *salves* persistem como comunicação de contingência, sendo que

"esses instrumentos funcionam como canal secundário, acionado quando a tecnologia é bloqueada ou monitorada" (Netto, 2018, p. 115). Outro vetor é a infiltração de agentes duplos, envolvendo a cooptação de servidores, ONGs ou prestadores de serviço, que a contrainteligência deve prevenir "o comprometimento por agentes internos ou externos" (Depon, 2013, p. 19). Por fim, o vazamento de informações reforça que as prisões são "sistemas porosos e interconectados, onde o poder do Estado é constantemente desafiado pelo fluxo de dados das organizações criminosas" (Netto, 2018, p. 8).

4. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, com abordagem exploratória e descritiva, fundamentada na análise documental de fontes abertas. O objetivo metodológico consiste em compreender padrões, vulnerabilidades e impactos associados a vazamentos de informações sensíveis no Sistema Penitenciário Federal, a partir de casos concretos amplamente noticiados.

O delineamento adotado corresponde a um estudo de casos múltiplos, selecionados de forma intencional, considerando episódios de vazamento de informações envolvendo relatórios, documentos institucionais ou dados operacionais relacionados ao sistema prisional federal. Foram analisados seis casos notórios, ocorridos em diferentes contextos, de modo a permitir a identificação de recorrências e especificidades nos processos de gestão da informação e da segurança institucional.

A coleta de dados foi realizada exclusivamente a partir de fontes públicas e abertas, especialmente reportagens jornalísticas, documentos oficiais divulgados pela imprensa e notas institucionais, respeitando-se os limites éticos e legais inerentes à temática. A opção por fontes abertas decorre tanto da sensibilidade das informações envolvidas quanto da inviabilidade de acesso a dados sigilosos, o que reforça o caráter exploratório da pesquisa.

Para a análise dos dados, adotou-se uma análise qualitativa documental, com identificação e categorização temática dos conteúdos, permitindo a classificação dos vazamentos conforme o tipo de informação envolvida (administrativa, inteligência, parlatório e segurança), bem como a análise de seus impactos sobre a segurança

pública e a atuação institucional. A interpretação dos achados buscou identificar padrões recorrentes, fragilidades estruturais e implicações para a inteligência prisional.

Como limitação do estudo, destaca-se a dependência de fontes jornalísticas, as quais podem apresentar vieses editoriais, lacunas informacionais ou ausência de detalhes técnicos. Todavia, tais limitações não inviabilizam a análise proposta, uma vez que o objetivo do trabalho não é a reconstituição exaustiva dos fatos, mas a compreensão analítica dos riscos e desafios associados à gestão de informações sensíveis no Sistema Penitenciário Federal.

5. RESULTADOS

5.1 Casos Analisados

A análise dos casos busca compreender não apenas o conteúdo das informações vazadas, mas também o caminho percorrido pela informação até sua divulgação externa, permitindo identificar vulnerabilidades, atores envolvidos e impactos institucionais. O mapeamento desses episódios se insere na perspectiva de inteligência prisional, conforme a Doutrina Nacional de Inteligência Penitenciária (DePEN, 2015), que preconiza a proteção integral do ciclo informacional e a detecção de ameaças internas e externas à segurança institucional. Os casos abrangem três das cinco unidades do SPF, o que se deve à limitação de dados publicamente disponíveis, uma vez que as buscas em fontes midiáticas e de domínio público não retornaram casos notórios de vazamento para as Penitenciárias Federais de Campo Grande (MS) e Catanduvas (PR) no período analisado. É importante notar também a proeminência de casos registrados no ano de 2024, o que reflete a maior visibilidade midiática e a intensificação do debate público sobre as vulnerabilidades do SPF após eventos de grande repercussão, como a fuga de Mossoró, tornando esses casos mais acessíveis para a análise a partir de fontes abertas, conforme descrito a seguir:

- Penitenciária Federal de Porto Velho (RO): ocorreram vazamentos de requerimentos internos, relatórios administrativos e comunicações oficiais entre 2021 e 2024. Dentre eles, destaca-se o

episódio envolvendo um dos detentos, cujo requerimento judicial foi indevidamente divulgado à imprensa em 2022, associando-o a membros do PCC. Em 2023, outro caso envolveu um interno membro da facção paulista, em situação de exposição de informações obtidas por meio de visitas jurídicas, revelando o uso indevido desse canal por advogados vinculados à facção (ESTADÃO, 2022; G1, 2023).

- Penitenciária Federal de Brasília (DF): em 2022 e 2024, vieram a público vídeos e áudios de parlatório envolvendo a liderança máxima do PCC, além de trechos de relatórios de inteligência sobre suas comunicações com familiares e advogados. Tais vazamentos suscitaram debates sobre violação de sigilo prisional e limites da transparência institucional, evidenciando o risco de exposição de dados estratégicos por meio de canais oficiais (METRÓPOLES, 2022; CNN BRASIL, 2024).

- Penitenciária Federal de Mossoró (RN): em fevereiro de 2024, após a fuga de dois detentos de alta periculosidade, relatórios internos da SENAPPEN sobre falhas de segurança, como a inoperância de câmeras e déficit de efetivo, foi divulgada por veículos de comunicação. Esse episódio configurou um vazamento de alto impacto operacional, pois expôs fragilidades estruturais do sistema e comprometeu a percepção pública de segurança das unidades federais. (FOLHA DE S. PAULO, 2024).

Cada caso foi descrito detalhadamente quanto à natureza do vazamento, unidade prisional envolvida, ano de ocorrência e consequências iniciais observadas, conforme a metodologia de coleta e análise de dados adotada. A partir desses episódios, foi possível identificar padrões de vulnerabilidade informacional, como a ausência de protocolos unificados de segurança documental, falhas na segregação de acesso e insuficiente integração entre os órgãos do sistema de justiça.

Essas ocorrências, quando analisadas à luz dos princípios da inteligência e contrainteligência penitenciária, reforçam a necessidade de uma política nacional de governança da informação prisional, voltada à proteção de dados sensíveis, à capacitação de servidores e à implementação de mecanismos tecnológicos de controle de acesso e rastreabilidade documental. Assim, a sistematização desses casos contribui não apenas para o entendimento empírico do fenômeno, mas

também para o aprimoramento das práticas de segurança informacional no âmbito do SPF.

5.2 Tipos de Informações Vazadas

Os tipos de informações e documentos vazados revelaram uma amplitude significativa, refletindo tanto a complexidade do ambiente prisional quanto a criticidade dos dados manipulados pelas unidades do SPF. A análise sistematizada dos episódios permitiu categorizar o conteúdo dos vazamentos em quatro grupos principais:

- Documentos administrativos internos: compreendendo requerimentos, ofícios e processos internos que detalham movimentações de presos, solicitações jurídicas e rotinas administrativas. Tais documentos, embora de natureza burocrática, podem conter informações estratégicas sobre a gestão interna e o regime disciplinar, configurando risco quando indevidamente divulgados.

- Relatórios de inteligência: contendo análises sobre o perfil de detentos, atuação de facções criminosas, planos de segurança e informações estratégicas relacionadas à dinâmica do crime organizado. Esses documentos constituem o núcleo da produção de conhecimento sensível, cuja proteção é essencial à eficácia da atividade de inteligência penitenciária (Depen, 2015).

- Vídeos e gravações de atendimentos em parlatórios: expondo conversas sigilosas entre detentos e seus advogados ou familiares, muitas vezes interceptadas ou registradas em contexto de segurança. A divulgação indevida desse tipo de material fere princípios legais de confidencialidade e compromete tanto a estratégia de vigilância quanto o direito de defesa, conforme apontam Netto (2018) e Gakiya (2023).

- Relatórios de segurança operacional: apresentando vulnerabilidades estruturais, quantitativo e posicionamento de agentes, protocolos de custódia, além de falhas nos sistemas de monitoramento e contenção. A exposição desse tipo de informação amplia a superfície de risco e pode ser explorada por organizações criminosas para planejar fugas ou ataques coordenados.

Em conjunto, esses vazamentos evidenciam a fragilidade dos mecanismos de controle e proteção informacional nas esferas administrativa e judicial. Dados sensíveis sobre detentos de alta periculosidade, estruturas de comando de facções, rotinas de servidores e infraestruturas de segurança foram expostos, comprometendo a integridade institucional e a segurança dos profissionais envolvidos.

Além disso, os casos analisados indicam que o problema transcende a mera falha técnica, configurando uma vulnerabilidade sistêmica na cultura de sigilo do Estado, conforme observam Rocha (2020) e Alves (2023).

5.3 Canais de vazamento

Diferentemente dos casos convencionais, tradicionalmente associados ao uso de celulares ilícitos, bilhetes ou intermediários humanos, os episódios analisados apontam para um padrão de transbordamento institucional e vazamento de origem judicial, no qual informações legítimas, produzidas ou acessadas por agentes públicos, acabam sendo difundidas para fora do circuito oficial.

Nos casos analisados, não houve evidência direta do uso de celulares ou visitantes como meio de vazamento, o que diferencia o SPF do sistema estadual. Entretanto, verificou-se a atuação de advogados, servidores públicos e operadores do sistema de justiça como vetores indiretos do vazamento, especialmente por meio de repasses informais de documentos, fotografias de relatórios e compartilhamento eletrônico de arquivos sigilosos.

Em determinados episódios, o vazamento foi possibilitado pela ausência de controle sobre o manuseio digital de documentos classificados, o que permitiu downloads indevidos, encaminhamentos por e-mail institucional e difusão entre diferentes órgãos sem as devidas restrições de acesso.

Em alguns episódios, há indícios de que servidores com acesso legítimo aos sistemas de informação foram os primeiros elos da cadeia de vazamento, repassando dados a terceiros ou diretamente à imprensa. Essa hipótese reforça o conceito de “vazamento endógeno” (Rocha, 2020), segundo o qual o risco informacional decorre menos de intrusões externas e mais de falhas na cultura de sigilo, na gestão de acessos e na rastreabilidade documental.

Do ponto de vista da inteligência prisional, esse padrão representa um desafio duplo: por um lado, compromete a integridade do ciclo de produção de conhecimento — que depende do sigilo para gerar análises seguras —; por outro, expõe vulnerabilidades que podem ser exploradas por facções criminosas ou atores externos para compreender a lógica de funcionamento do sistema. Nesse sentido, Alves (2023) e a Doutrina Nacional de Inteligência Penitenciária (Depen, 2015) destacam a importância da contrainteligência documental e digital como instrumento essencial para proteger a integridade das informações e a credibilidade das instituições responsáveis pela custódia de presos de alta periculosidade.

5.4 Canais de divulgação

Os canais de disseminação dos vazamentos identificados ocorreram, predominantemente, por meio de veículos de comunicação de massa e plataformas digitais. Os casos analisados foram amplamente divulgados por veículos de comunicação de alcance nacional, o que conferiu grande visibilidade pública aos vazamentos e aos conteúdos sigilosos envolvidos. Essa exposição midiática, embora desempenhe papel relevante no controle social das instituições, também potencializa riscos informacionais quando envolve documentos estratégicos do SPF.

Entre os meios que divulgaram os casos de vazamentos analisados, destacam-se os portais G1, UOL, Metrôpoles, Poder360 e a RecordTV, que publicaram trechos de relatórios de inteligência, vídeos de parlatório e comunicações administrativas internas. Esses veículos exerceram papel central ao tornar públicas informações originalmente classificadas como sigilosas, contribuindo para ampliar o debate sobre segurança prisional, transparência e gestão da informação.

No entanto, a divulgação de conteúdos sensíveis nesses canais evidencia um dilema recorrente entre o direito à informação pública e a necessidade de sigilo em matérias de segurança nacional. Conforme aponta Mingardi (1998), a administração da informação é um dos pilares do poder do Estado frente ao crime organizado; logo, quando a mídia acessa e difunde dados estratégicos, há o risco de deslocamento do controle informacional para esferas externas ao poder público.

Do ponto de vista da inteligência penitenciária, a repercussão desses vazamentos em grandes portais representa um ponto crítico do ciclo de difusão, etapa em que a informação, ao deixar de ser classificada, torna-se vulnerável à

reinterpretação ou uso instrumental por diferentes atores. Como observa Rocha (2020), “a perda do monopólio sobre a narrativa informacional fragiliza a capacidade do Estado de gerir o risco e de conduzir a percepção social da ameaça”.Essa exposição pública pode, portanto, gerar efeitos colaterais relevantes:

- Operacionais, ao permitir que organizações criminosas tenham acesso a dados sobre estrutura, rotinas e fragilidades das unidades;
- Políticos, ao transformar relatórios de segurança em instrumentos de disputa narrativa entre grupos ideológicos;
- Institucionais, ao comprometer a imagem e a credibilidade do SPF como ambiente de sigilo e controle.

Portanto, embora a atuação da imprensa cumpra uma função legítima de fiscalização e transparência, sua interação com conteúdos sensíveis exige a consolidação de protocolos éticos e comunicacionais entre o Estado e os meios de comunicação. Conforme orienta a Doutrina Nacional de Inteligência Penitenciária (Depen, 2015), a difusão de informações classificadas deve seguir critérios de proporcionalidade e necessidade, preservando o interesse público sem comprometer a segurança institucional.

5.5 Consequências

Os impactos diretos e imediatos dos vazamentos de relatórios e documentos de segurança são multidimensionais e de alta gravidade institucional. A análise dos casos demonstrou que tais incidentes não apenas afetam a integridade das informações, mas também repercutem sobre a credibilidade do Estado e a estabilidade operacional do sistema penitenciário federal. As principais consequências observadas incluem:

- Exposição de internos e riscos de retaliação: detalhes sobre a vida pessoal de presos, sua colaboração com autoridades ou vínculos com facções foram revelados, expondo-os a ameaças e represálias dentro e fora das unidades prisionais. Esse tipo de vazamento afeta diretamente o princípio da segurança individual sob custódia estatal, previsto na Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984).
- Prejuízo a investigações e procedimentos judiciais: a divulgação de informações sobre operações em andamento, estratégias de

investigação ou provas sigilosas compromete a eficácia das ações policiais e a integridade de processos judiciais. Conforme observa Rocha (2020), a quebra do sigilo informacional pode desestruturar o ciclo de inteligência e inviabilizar respostas preventivas do Estado.

- Comprometimento da credibilidade das instituições envolvidas: a reincidência de vazamentos abala a confiança pública na capacidade do Estado de proteger informações sensíveis e de gerir adequadamente seus sistemas de segurança. Esse desgaste simbólico gera impactos de longo prazo, pois a percepção de vulnerabilidade institucional é explorada tanto por organizações criminosas quanto por discursos políticos que deslegitimam a ação estatal.

- Instauração de procedimentos administrativos e inquéritos: em vários casos, os vazamentos resultaram na abertura de sindicâncias, processos administrativos e inquéritos policiais para apuração da autoria e responsabilização dos envolvidos. Tais medidas indicam que, embora o Estado reconheça a gravidade do problema, ainda enfrenta dificuldades em identificar a origem dos vazamentos e aplicar sanções efetivas, o que reforça a necessidade de aprimorar a governança da informação.

5.6 Impactos na Segurança Pública

Além dos danos imediatos, os vazamentos analisados produzem impactos sistêmicos e duradouros sobre a segurança pública. Esses efeitos transcendem o ambiente prisional, afetando a percepção social de segurança e o equilíbrio das relações entre o Estado e o crime organizado. Entre os principais impactos identificados estão:

- Uso estratégico por facções criminosas: informações sensíveis sobre rotinas de segurança, efetivos, protocolos de deslocamento e vulnerabilidades estruturais podem ser utilizadas por organizações criminosas para planejar fugas, ataques ou sabotagens.

- Aumento da insegurança social: a percepção de que o Estado é incapaz de proteger seus próprios sistemas e dados sensíveis gera desconfiança coletiva e sensação de vulnerabilidade entre a população. Essa erosão da confiança institucional afeta a legitimidade das políticas de segurança e reforça narrativas de

ineficiência governamental, conforme apontado por Vancim (2016) em sua análise sobre vulnerabilidades organizacionais no setor público.

- Instrumentalização política e sensacionalismo midiático: a exposição pública de conteúdos sigilosos tende a ser apropriada por grupos políticos ou ideológicos para fins de disputa narrativa, muitas vezes descontextualizando os fatos e dificultando a coordenação técnica entre as forças de segurança. Segundo Mingardi (1998), o controle da narrativa informacional é uma dimensão estratégica do poder estatal; quando perdido, o Estado se torna refém de agendas externas que comprometem sua governança.

Em suma, os impactos dos vazamentos não se restringem à esfera administrativa, mas configuram uma ameaça ampliada à segurança pública e à estabilidade institucional, uma vez que fragilizam a autoridade do Estado e expõem a complexidade das interações entre mídia, política e criminalidade organizada.

5.7 O papel da Inteligência Prisional

Os episódios analisados evidenciam a natureza paradoxal da relação entre os vazamentos e a inteligência prisional. De um lado, a inteligência representa o principal instrumento do Estado para a prevenção de riscos e proteção de dados estratégicos, assegurando a coleta, análise e disseminação seletiva de informações essenciais à segurança institucional. De outro, os próprios produtos da inteligência, relatórios, pareceres e comunicações internas, tornaram-se alvos recorrentes de vazamentos, o que transforma a estrutura protetora em um vetor potencial de vulnerabilidade.

Essa dualidade reforça a necessidade de aprimorar continuamente os mecanismos de contrainteligência e de instituir políticas mais robustas de segurança da informação, com foco na proteção de dados desde sua geração até o descarte final. Entre as medidas prioritárias para mitigar riscos e fortalecer a atuação da inteligência prisional destacam-se:

- Políticas estruturadas de segurança da informação, baseadas em normas de classificação, rastreabilidade e auditoria de acesso;
- Capacitação contínua dos agentes, com ênfase em técnicas de proteção de dados, uso seguro de sistemas e identificação de ameaças internas e externas;

- Auditoria e controle de acessos a informações sigilosas, com registro automatizado de atividades e alertas sobre movimentações suspeitas.

Assim, embora a inteligência penitenciária seja vital para o funcionamento do sistema, ela própria precisa evoluir como entidade resiliente, capaz de se proteger de vulnerabilidades internas e de manter o monopólio estatal sobre a informação sensível. O fortalecimento dessa estrutura implica adotar uma cultura organizacional voltada à proteção do conhecimento, na qual a informação deixa de ser apenas insumo da segurança e passa a ser reconhecida como ativo estratégico do Estado.

5.8 Medidas adotadas

As respostas institucionais observadas variaram conforme a gravidade e a repercussão pública de cada vazamento, evidenciando a ausência de um protocolo padronizado de gestão de incidentes informacionais no SPF.

Em síntese (Quadro 1), verifica-se que as medidas adotadas se concentram em ações reativas e pontuais, predominantemente administrativas, sem a consolidação de uma política de prevenção e resposta integrada. Essa heterogeneidade evidencia a necessidade de criação de um protocolo unificado de segurança da informação penitenciária, articulado entre a Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN), o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e o Poder Judiciário, com fluxos claros de responsabilização, comunicação de incidentes e aprimoramento de contrainteligência.

Quadro 1 – Casos de vazamento de informações no Sistema Penitenciário Federal

Local/ Unidade prisional	Ano/ Casos analisados	Tipo de/dado informação/ conhecimento vazada	Meios de vazamento	canal de divulgação	Consequências	Impacto na segurança pública e na sociedade	O papel da inteligência	Medidas adotadas
Penitenciária Federal de Porto Velho	2022	requerimento interno de presos solicitando restabelecimento de visitas presenciais.	Provável vazamento institucional (servidores do Judiciário).	Portais de notícia (UOL).	Exposição indevida de riscos internos e retaliação.	Fragilização da imagem institucional e questionamento da segurança do sistema.	Demonstra fragilidade dos mecanismos de contrainteligência e controle documental	Não há registros públicos disponíveis sobre eventuais medidas adotadas, o que não afasta a possibilidade de apurações internas sob sigilo administrativo
Penitenciária Federal de Porto Velho	2023	Ofício contendo informações de inteligência sobre	Provável vazamento interno após envio a órgãos externos.	Portal Metrópoles	Exposição de vínculos indevidos entre advogados internos.	Ampliação da percepção pública de vulnerabilidade e do sistema.	Revela necessidade de controle sobre comunicações interinstitucionais	Não há registros públicos disponíveis sobre eventuais medidas adotadas, o que não afasta a

Local/ Unidade prisional	Ano/ Casos analisados	Tipo de/dado informação/ conhecimento vazada	Meios de vazamento	canal de divulgação	Consequência	Impacto na segurança pública e na sociedade	O papel da inteligência	Medidas adotadas
		relação entre interno e advogada.					ais.	possibilidade de apurações internas sob sigilo administrativo
Penitenciária Federal de Porto Velho	2024	Relatórios de segurança operacional (efetivo e revistas).	Download indevido de documentos internos.	portal Poder360.	Divulgação de falhas operacionais e riscos de segurança.	Comprometimento da confiança pública e risco de replicação de falhas.	Ressalta a importância da rastreabilidade e auditoria digital.	Servidor identificado e submetido a PAD.
Penitenciária Federal de Brasília	2024	Vídeos e áudios de conversas em parlatório.	Cópia e divulgação indevida de gravações sigilosas.	Record TV e Youtube.	Exposição de protocolos de segurança da unidade.	Fortalecimento simbólico da liderança criminosa e abalo da credibilidade institucional.	Evidencia falhas na proteção de dados audiovisuais sensíveis.	Relatório interno elaborado e revisão de protocolos de segurança audiovisual.
Penitenciária Federal de Mossoró	2024	Relatórios de inteligência sobre falhas em câmeras e vigilância.	Compartilhamento indevido com órgãos externos (MJSP).	1 e Brasil de Fato.	Exposição de vulnerabilidades estruturais da unidade.	Risco de comprometimento operacional e amplificação midiática das falhas.	Aponta fragilidade na classificação e controle de relatórios de inteligência.	Rastreamento do código autenticador e comunicação interna à SENAPPEN.
Penitenciária Federal de Brasília	2025	Relatório de inteligência sobre cooperação entre PCC e CV.	Acesso indevido e repasse de documento a jornalista.	1 Fantástico (Rede Globo).	Vazamento de informações estratégicas sobre articulação de facções.	Potencial aumento da rivalidade e exposição da política de segurança federal.	Destaca a urgência do fortalecimento da cultura de segurança da informação.	Instauração de PAD e inquérito da PF; servidores foram ouvidos.

Autor: Ricardo; Souza.

Fonte: Elaborado pelos autores.

6. DISCUSSÃO

A partir da análise dos casos descritos nos itens anteriores (5.1 a 5.8), é possível identificar um conjunto de padrões recorrentes que caracterizam a dinâmica dos vazamentos de informações no Sistema Penitenciário Federal. Esses padrões revelam vulnerabilidades estruturais, comportamentais e tecnológicas que se repetem, indicando a ausência de uma cultura consolidada de proteção informacional.

O primeiro padrão observado refere-se à origem institucional dos vazamentos. Em grande parte dos casos analisados, os incidentes não decorreram de ações externas ou invasões tecnológicas, mas de acessos legítimos realizados por servidores públicos, operadores do sistema de justiça ou profissionais com

prerrogativas institucionais, como advogados. Essa característica reforça o conceito de vazamento endógeno (Rocha, 2020), no qual a ameaça emerge de dentro da própria estrutura estatal, evidenciando fragilidades nos controles de acesso e na rastreabilidade documental.

Um segundo padrão diz respeito aos meios de difusão. As informações vazadas, em sua maioria, chegaram ao domínio público por veículos de imprensa e plataformas digitais, o que demonstra a existência de uma cadeia de repasse informal e difícil de rastrear. Essa dinâmica sugere que os documentos sigilosos, após saírem do ambiente institucional, passam a circular em redes amplas e descontroladas, nas quais a informação perde seu contexto e adquire novos significados, muitas vezes explorados politicamente ou midiaticamente.

O terceiro padrão está relacionado à tipologia dos dados vazados. Observou-se recorrência na exposição de relatórios de inteligência, comunicações internas e registros de parlatório, materiais que contêm informações estratégicas sobre lideranças do crime organizado e protocolos de segurança. Tais documentos, por sua natureza sensível, deveriam estar sob camadas reforçadas de proteção, o que revela deficiência na segregação de acesso e na classificação de sigilo.

Um quarto padrão identificado é a ausência de protocolos unificados de resposta institucional. Em todos os casos analisados, as medidas corretivas adotadas foram pontuais, variando de sindicâncias internas à transferência de presos, sem que se verificasse a adoção de políticas permanentes de prevenção ou de auditorias sistêmicas. Essa falta de padronização favorece a reincidência dos vazamentos e impede a consolidação de uma política nacional de governança informacional prisional.

Por fim, destaca-se um padrão de impacto ampliado, no qual cada vazamento ultrapassa o ambiente prisional e atinge diretamente a segurança pública, a credibilidade institucional e a percepção social de controle estatal. A recorrência desses eventos fragiliza a imagem do Estado e fortalece o discurso de poder das facções criminosas, que exploram o enfraquecimento da segurança informacional como demonstração simbólica de superioridade organizacional.

Dessa forma, os padrões identificados permitem concluir que os vazamentos analisados não constituem fatos isolados, mas expressões reiteradas de um mesmo problema estrutural: a insuficiência dos mecanismos de proteção, controle e cultura de sigilo no sistema prisional federal. A superação desse cenário depende de ações integradas de inteligência, contrainteligência e gestão de riscos, voltadas à construção de uma cultura organizacional que reconheça a informação como ativo estratégico e fundamento da segurança pública.

E ainda, é possível constatar que os dados empíricos destacados na sessão anterior, os referenciais teóricos e normativo e os padrões destacados evidenciam a natureza institucional das falhas que possibilitam os vazamentos conforme o Quadro 2. Ao mesmo tempo, revela descompassos entre o que é previsto nas normas de segurança e sua efetiva aplicação, indicando carências operacionais e culturais no sistema, uma fragilidade organizacional sistêmica, relacionada à cultura de sigilo, a ausência de contrainteligência estruturada e à falta de políticas integradas de proteção informacional.

Quadro 2: Eixos documentais.

Fontes	Descrição geral	Referencial teórico e legislação	Padrões	Principais falhas	Contribuições para o estudo (justificativa)
Eixo 1 – Fontes documentais e empíricas	Análise dos seis casos de vazamento no SPF, observando local, tipo de dado, vínculo com facções e resposta institucional	Relatórios de inteligência, reportagens, notas técnicas e decisões judiciais.	Origem institucional e recorrência de falhas nos controles de sigilo.	Fragilidades internas no controle, rastreabilidade e gestão documental.	Fornece base empírica do estudo e evidencia vulnerabilidades práticas do sistema.
Eixo 2 – Referencial teórico e normativo	Interpretação dos dados à luz da literatura e das normas de segurança da informação e inteligência penitenciária.	Obras de Rocha (2020), Netto e Chagas (2019), Vancim (2016), Mingardi (1998); DNIP (Depen, 2015); Cartilha CNJ (2020).	Confirma a lacuna entre os princípios doutrinários da inteligência e a aplicação prática no contexto penitenciário.	Baixa aderência às normas e ausência de política integrada de contrainteligência	Oferece sustentação teórica para discutir as limitações da política de sigilo e a necessidade de fortalecimento da contrainteligência.
Eixo 3 – Padrões recorrentes e inferências interpretativas	Síntese comparativa dos casos e análise das vulnerabilidades estruturais.	Análise transversal dos dados empíricos e cruzamento de variáveis na planilha analítica.	Reincidência de vazamentos em unidades específicas; respostas reativas e ausência de protocolos padronizados.	Falhas estruturais e respostas institucionais reativas, sem padronização.	Consolida a compreensão do fenômeno como reflexo de fragilidades organizacionais e culturais no SPF.

Autor: Ricardo; Souza.

Fonte: Elaborado pelos autores.

- Eixo 1 – Fontes documentais e empíricas

O primeiro eixo compreende a coleta e análise de dados concretos relativos aos seis casos de vazamento de informações no SPF. Foram examinados documentos oficiais, relatórios de inteligência, reportagens jornalísticas, notas técnicas e decisões judiciais que mencionam o vazamento de informações.

Esses registros permitiram identificar padrões de ocorrência, atores envolvidos, tipos de dados expostos, respostas institucionais e impactos observados. A análise documental foi sistematizada em uma planilha analítica, o que possibilitou a categorização dos eventos conforme variáveis como localidade, natureza da informação, ligação com facções e medidas adotadas.

Esse eixo fornece a base empírica da pesquisa, permitindo compreender o fenômeno a partir de evidências verificáveis e contextualizadas.

- Eixo 2 – Referencial teórico e normativo

O segundo eixo compreende a interpretação dos dados empíricos à luz da literatura especializada e dos marcos regulatórios sobre segurança da informação e inteligência penitenciária. Foram utilizados autores como Rocha (2020), Netto e Chagas (2019), Vancim (2016) e Mingardi (1998), além de documentos institucionais, como a Doutrina Nacional de Inteligência Penitenciária (Depen, 2015) e a Cartilha de Atuação em Inteligência no Sistema Prisional (CNJ, 2020). Essas referências permitiram enquadrar os vazamentos dentro de uma perspectiva que entende a inteligência penitenciária como função essencial de Estado, responsável pela produção de conhecimento sensível e pela preservação de sua integridade.

- Eixo 3 – Análise dos padrões recorrentes e inferências interpretativas

O terceiro eixo consiste na síntese analítica dos achados empíricos, com o objetivo de identificar regularidades, fragilidades estruturais e fatores recorrentes nos vazamentos.

A análise dos casos evidenciou que a maior parte dos vazamentos possui origem institucional, ocorrendo a partir de servidores com acesso legítimo a sistemas e documentos sigilosos. Observou-se, ainda, reincidência em unidades específicas, como as Penitenciárias Federais de Porto Velho e Brasília, onde episódios ocorreram em diferentes anos, revelando fragilidades persistentes na gestão e no tratamento de informações sensíveis.

Verificaram-se também que as respostas institucionais são predominantemente reativas e fragmentadas, marcadas pela ausência de protocolos unificados de segurança da informação, mecanismos consistentes de prevenção e instrumentos de responsabilização tempestiva. Tal cenário demonstra que a organização ainda opera sem uma política padronizada e integrada de proteção informacional.

Os dados indicam que os principais vetores de difusão incluem meios digitais, como envio indevido de documentos, imagens internas e relatórios, além de comunicações interinstitucionais, especialmente quando há circulação de materiais sigilosos entre a Justiça Federal, o Ministério da Justiça e a SENAPPEN. Em casos pontuais, observou-se a participação de atores externos, como jornalistas, que tiveram acesso a documentos sem que houvesse controle adequado de autenticidade ou rastreabilidade.

Apesar da existência de diretrizes formais de proteção de dados sensíveis, sua aplicação prática permanece limitada, resultando na falta de aderência às normas de sigilo e na inexistência de uma política nacional de contrainteligência. Soma-se a isso a escassez de capacitação continuada e de auditorias regulares, o que contribui para a repetição das mesmas falhas ao longo do tempo.

O conjunto desses elementos evidencia um problema sistêmico, caracterizado pela fragilidade da cultura organizacional de segurança, pela ausência de padrões uniformes de prevenção e pela manutenção de respostas reativas que não interrompem o ciclo de vulnerabilidades.

A partir dessas constatações, apresentam-se, na seção a seguir, recomendações estruturadas destinadas ao aprimoramento da gestão da informação e ao fortalecimento da inteligência prisional no âmbito do SPF.

7. RECOMENDAÇÕES

As recomendações apresentadas a seguir resultam da análise integrada dos eixos empírico, teórico-normativo e interpretativo, sintetizados no Quadro 2. Partindo das principais falhas observadas nos vazamentos de informações do SPF, propõem-se medidas destinadas ao aprimoramento da segurança informacional, da atuação da inteligência prisional e da governança institucional. As sugestões mantêm coerência direta com os achados e visam fortalecer a capacidade preventiva do sistema, reduzindo a recorrência de incidentes e seus impactos sobre a segurança pública.

7.1 Aprimoramento dos controles internos e da rastreabilidade da informação

Os casos analisados evidenciaram fragilidades significativas na gestão e no controle dos fluxos documentais. Diante disso, recomenda-se a adoção de um sistema unificado de gestão e rastreamento de documentos sigilosos, com registro automático de acessos, transferências, downloads e cópias, permitindo maior transparência sobre o ciclo de vida das informações. É igualmente fundamental estabelecer níveis graduais de autorização, limitando o acesso a materiais sensíveis exclusivamente aos servidores cuja função exija tal prerrogativa.

Propõe-se, também, a padronização dos protocolos de tramitação digital segura, com uso obrigatório de criptografia, autenticação multifatorial e registro formal de justificativa para o compartilhamento de documentos entre unidades, órgãos judiciais ou instâncias ministeriais. A consolidação de uma cadeia de custódia documental clara, rastreável e auditável constitui elemento estruturante para reduzir vulnerabilidades e prevenir vazamentos decorrentes de manipulação indevida ou compartilhamento irregular.

7.2 Fortalecimento da aderência normativa e institucionalização da contrainteligência prisional

A literatura e os normativos analisados apontam para a existência de padrões consolidados de proteção informacional, ainda que insuficientemente aplicados na prática. Assim, recomenda-se a criação de uma Política Nacional de Contraineligência do SPF, estabelecendo diretrizes unificadas para prevenção, detecção, neutralização e tratamento de ameaças à segurança da informação.

Para promover maior aderência às normas, é imprescindível investir em capacitações periódicas e obrigatórias, voltadas ao uso seguro de sistemas, classificação de documentos, cultura de sigilo e prevenção de incidentes. Somado a isso, a realização de auditorias internas regulares contribuirá para identificar desvios, fragilidades operacionais e práticas inadequadas de manipulação informacional.

Além disso, recomenda-se a integração formal entre os setores de inteligência, tecnologia da informação e corregedoria, fomentando fluxos responsáveis, cooperação institucional e mecanismos prévios de detecção de riscos.

7.3 Superação das fragilidades estruturais e prevenção de respostas reativas

A recorrência de falhas em unidades específicas evidencia a necessidade de respostas estruturais. Nesse sentido, recomenda-se a elaboração de protocolos nacionais padronizados de prevenção e resposta a vazamentos, definindo etapas obrigatórias para contenção, registro, apuração e responsabilização. A criação de equipes especializadas em segurança da informação nas unidades federais fortalecerá o monitoramento contínuo de riscos, especialmente aqueles relacionados ao uso de sistemas digitais e ao tratamento de documentos sensíveis.

É igualmente recomendável que o SPF realize análises periódicas de risco, identificando vulnerabilidades relacionadas a práticas administrativas, rotinas internas e processos de comunicação. A implantação de mecanismos de monitoramento ativo de movimentações atípicas, tanto digitais quanto físicas, contribuirá para detectar comportamentos irregulares e prevenir incidentes antes de sua materialização.

Por fim, é fundamental promover uma cultura institucional orientada à segurança, com ações educativas, comunicação interna consistente e mecanismos céleres de responsabilização. A criação de um repositório nacional de incidentes de vazamento auxiliará na construção de memória institucional, permitindo o estudo de

padrões, a antecipação de riscos e o aperfeiçoamento contínuo das práticas preventivas. O conjunto das ações propostas fortalece a inteligência prisional enquanto função essencial de Estado, contribuindo para a governança informacional e para a proteção do sistema penitenciário como um todo.

8. CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo analisar os vazamentos de dados, informações e conhecimento no SPF e compreender em que medida tais incidentes afetam a segurança pública, bem como identificar como a inteligência prisional pode atuar para mitigar esses riscos. Partiu-se do pressuposto de que a exposição indevida de conteúdos sensíveis ultrapassa o âmbito administrativo, produzindo riscos estratégicos para a governança penitenciária e para o enfrentamento ao crime organizado. Nesse sentido, o estudo buscou examinar empiricamente casos concretos, interpretar padrões recorrentes e relacioná-los a referenciais teóricos, normativos e operacionais da atividade de inteligência.

Foram definidos cinco objetivos específicos, todos alcançados ao longo da pesquisa.

O primeiro objetivo específico, relacionado à identificação e contextualização de episódios de vazamento de informações no âmbito do Sistema Penitenciário Federal, foi alcançado por meio da seleção e análise de casos amplamente divulgados por fontes jornalísticas, permitindo compreender a diversidade e a recorrência desse tipo de ocorrência.

O segundo objetivo, voltado à classificação dos tipos de informações vazadas, foi atendido mediante a categorização dos conteúdos analisados, evidenciando a presença de vazamentos de natureza administrativa, de inteligência, relacionados ao parlatório e à segurança institucional, cada qual com impactos distintos sobre a gestão prisional e a segurança pública.

O terceiro objetivo específico, que buscava analisar os impactos desses vazamentos, foi alcançado ao demonstrar que tais ocorrências podem comprometer operações de segurança, expor agentes e estruturas institucionais, fortalecer organizações criminosas e fragilizar a confiança nas instituições responsáveis pela custódia e gestão prisional.

O quarto objetivo, referente à identificação de vulnerabilidades estruturais e procedimentais associadas à gestão da informação, foi contemplado ao evidenciar fragilidades nos processos internos, na cultura organizacional e nos mecanismos de controle e proteção de dados sensíveis.

Por fim, o quinto objetivo específico, relacionado à discussão do papel da inteligência prisional, foi atingido ao apontar a necessidade de fortalecimento das atividades de inteligência e contrainteligência como instrumentos estratégicos para a prevenção de vazamentos, o monitoramento de riscos e o apoio à tomada de decisão no âmbito do Sistema Penitenciário Federal.

Dessa forma, a pergunta de pesquisa foi respondida ao se concluir que os vazamentos de informações sensíveis afetam negativamente a segurança pública e que a inteligência prisional possui papel fundamental na mitigação desses riscos, desde que estruturada de forma integrada, preventiva e alinhada a políticas institucionais de gestão e proteção da informação. Ressalta-se, contudo, que os achados devem ser interpretados à luz das limitações metodológicas do estudo, especialmente quanto ao uso exclusivo de fontes abertas, o que não compromete sua relevância, mas delimita seu alcance analítico.

Os resultados obtidos permitem concluir que os vazamentos de informações no SPF constituem um fenômeno complexo, decorrente de múltiplas fragilidades que atravessam a gestão documental, os fluxos interinstitucionais, a aplicação das normas de proteção informacional e a própria cultura organizacional. O trabalho demonstrou que a inteligência prisional possui papel estratégico tanto na identificação dessas vulnerabilidades quanto na formulação de medidas preventivas que fortaleçam a resiliência institucional.

Assim, considera-se que o estudo contribui para o debate sobre segurança informacional no contexto penitenciário e oferece subsídios para o aprimoramento das práticas de inteligência no âmbito federal. As conclusões apontam para a necessidade de investimentos contínuos em governança informacional, contrainteligência e formação técnica, elementos indispensáveis para reduzir a exposição de dados sensíveis e para fortalecer a capacidade do Estado no enfrentamento ao crime organizado.

8.1 RECOMENDAÇÕES DE ESTUDOS FUTUROS

Para ampliar o alcance deste estudo, recomenda-se que pesquisas futuras:

- Investiguem o tema por meio de entrevistas ou questionários com servidores da inteligência, aprofundando percepções internas sobre vulnerabilidades informacionais;
- Realizem estudos comparativos entre o SPF, sistemas estaduais e experiências internacionais de contrainteligência;
- Avaliem, de forma longitudinal, a efetividade das medidas preventivas implementadas nas unidades federais e o que podem ser utilizado na melhoria dos sistemas penitenciários estaduais;
- Examinem o impacto no país dos vazamentos na dinâmica das facções criminosas e na articulação do crime organizado.

Essas linhas de investigação poderão fortalecer o campo da inteligência prisional e contribuir para políticas mais eficazes de segurança informacional.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. **Crime, justiça penal e desigualdade social: reflexões a partir da sociologia brasileira**. São Paulo: Revista USP, 1991.

ALTMAYERODAWARA, C. **O conhecimento de inteligência: a busca por proteção constitucional e a persistência das lacunas de execução**. Revista Brasileira de Inteligência, Brasília, v. 6, n. 11, 2022.

ALVES, José Cláudio Souza. **Dos Barões ao Extermínio: Uma História da Violência na Baixada Fluminense**. Duque de Caxias, RJ: APPH, CLIO, 2003.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Cartilha de Atuação em Inteligência no Sistema Prisional**. Brasília: CNJ, 2020.

BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). **Guia de boas práticas para a atuação do Ministério Público na prevenção e enfrentamento ao crime organizado**. Brasília: CNMP, 2023.

BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. **Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública**. Brasília: CNMP, 2023.

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). **Doutrina Nacional de Inteligência Penitenciária**. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2013.

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). **Doutrina Nacional de Inteligência Penitenciária**. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2015.

BRASIL. **Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). Doutrina Nacional de Inteligência Penitenciária – DNIPEN**. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2013. Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/6424/1/Doutrina_Nacional_de_Inteligencia_Penitenciaria.pdf>. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. **Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN)**. Relatório de Gestão – Resultados 2019. Brasília: DEPEN/MJSP, 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Doutrina Nacional de Inteligência Penitenciária**. Brasília, DF: MJSP, [s.d.].

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Doutrina Nacional de Inteligência Penitenciária**. Brasília: MJSP, 2021. Disponível em: https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/6424/1/Doutrina_Nacional_de_Inteligencia_Penitenciaria.pdf. Acesso em: 20 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). Portaria nº 125, de 6 maio 2013. **Institui a Doutrina Nacional de Inteligência Penitenciária (DNIPEN)**. Diário Oficial da União, Brasília, Seção 1, p. 28.

BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN). **Levantamento de Informações Penitenciárias – Relatórios e gestão de dados (SISDEPEN)**. Brasília: SENAPPEN, 2019.

CARNEIRO, L. de A.; SANTOS, F. C. M. dos. **A atuação do crime organizado a partir do Sistema Prisional: uma revisão da literatura**. Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública, v. 1, n. 1, p. 185, 2022.

CNN BRASIL. **Vídeos mostram conversas de lideranças de facções em presídio federal de Brasília**. São Paulo, 15 mar. 2024. Disponível em: <https://staging.cnnbrasil.com.br/nacional/entenda-os-detalhes-da-maior-crise-enfrentada-pelo-pcc>. Acesso em: 20 set. 2025.

DIAS, Camila Nunes; MANSO, Bruno Paes. **A Guerra: A Ascensão do PCC e o Mundo do Crime no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2018.

ESTADÃO. **Documentos vazados detalham planos do PCC em Porto Velho**. São Paulo, 22 ago. 2022. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/pcc-planejava-ataque-contr-a-autoridades-e-resgate-de-lideres-aponta-investigacao/>. Acesso em: 4 mar. 2026.

FOLHA DE S. PAULO. **Relatórios da Senappen apontam câmeras desligadas e obras em presídio de Mossoró**. São Paulo, 16 fev. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/02/senappen-aponta-falhas-em-cameras-e-obras-em-presidio-de-mossoro-antes-de-fuga.shtml>. Acesso em: 20 set. 2025.

G1 RONDÔNIA. **Investigação aponta uso de visitas jurídicas para transmissão de ordens de facção em RO**. Porto Velho, 10 out. 2023. Disponível

em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2023/10/10/advogados-sao-alvos-de-operacao-por-suspeita-de-ajudar-facciao-criminosa-em-ro.ghtml>. Acesso em: 20 set. 2025.

GAKIYA, Lincoln. **Facção age como 'empresa do crime' e fatura R\$ 1 bi por ano, diz promotor**. Entrevista concedida a Josmar Jozino. UOL, São Paulo, 16 out. 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/10/16/facciao-age-como-empresa-do-crime-e-fatura-r-1-bi-por-ano-diz-promotor.htm>. Acesso em: 19 set. 2025.

JÚNIOR, F. J. S. **O Sistema Penitenciário Federal**. 4. ed. Rio de Janeiro: D'Plácido, 2024.

JÚNIOR, Walter Nunes da. **Execução penal no sistema penitenciário federal**. 2. ed., revista e ampliada. Natal: OWL, 2024.

MALAGUETA, J. A. **O sistema prisional brasileiro: uma análise sobre a (não) ressocialização do apenado**. Revista do Direito Penal, Processo Penal e Criminologia, Curitiba, v. 1, n. 1, 2007.

MALAGUETA, Soliane. **O sistema prisional e o crime organizado**. Presidente Prudente: Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo, 2007.

MINGARDI, Guaracy. **O Estado e o Crime Organizado**. São Paulo: IBCCRIM, 1998.

MOTOROLA SOLUTIONS. **Inteligência prisional: uma ferramenta estratégica**. São Paulo: Motorola Solutions, 2020. Relatório técnico.

NETTO, E. A. **Além das Grades: a organização do Primeiro Comando da Capital (PCC) em presídios de São Paulo**. 200 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

NETTO, E. A.; CHAGAS, M. C. **As novas facetas do crime organizado: o PCC e a comunicação a partir dos presídios**. Revista Brasileira de Segurança Pública, São Paulo, v. 13, n. 25, 2019.

PIZZATO, M. M. P. **O crime de uso irregular de aparelho móvel de comunicação por preso: uma análise do anteprojeto do novo Código Penal**.

2012. Artigo (Especialização em Direito Penal) – Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

ROCHA, J. O. C. **Metodologia de análise de riscos aplicada ao sistema penitenciário**. 2020. Artigo (Especialização em Inteligência e Segurança Pública) – Academia Nacional de Polícia, Brasília, 2020.

ROVER, Aires J. **Visão sistêmica na interoperabilidade dos sistemas para segurança pública: estudo de caso de Santa Catarina**. 2014. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/265997735>. Acesso em: 13 set. 2025.

ROVER, S. J. **Inteligência e Segurança Pública: o papel da integração de sistemas**. 2014. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

SALLA, Fernando. **As prisões em São Paulo**. São Paulo: Annablume, 2007.

SANTOS, I. C. **Sistema prisional brasileiro: um reflexo do estado de coisas inconstitucional e o impacto na segurança pública**. Revista Científica do ITPAC, v. 17, n. 1, 2024.

SANTOS, Rebecca Lima. **O poder paralelo das facções criminosas e a falência do estado na gestão do sistema carcerário: reflexões sobre a política de guerra às drogas**. Salvador: Universidade Católica do Salvador, 2024. Disponível em: <https://ri.ucsal.br/server/api/core/bitstreams/d71f8d6d-2e59-4043-a290-6325bd458b38/content>. Acesso em: 12 set. 2025.

SILVA, A. P. L. **A importância da Inteligência Penitenciária no combate ao crime organizado**. Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 7, n. 1, 2013.

SILVA, Bruno C. A. da. **Inteligência penitenciária: institucionalização e desafios no Brasil**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso – CPS/SP. Disponível em: <https://ric.cps.sp.gov.br>. Acesso em: 28 set. 2025.

VANCIM, D. R. **Segurança da Informação e Gestão de Riscos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.

WACQUANT, Loïc. **Deadlysymbiosis: When ghetto and prison meet and mesh**. *Punishment & Society*. V. 3, n. 1, p. 95–134, 2001.